



LIRA PREVÊ VOTAR REFORMA DO IR ANTES DO RECESSO PARLAMENTAR DE JULHO

O deputado federal Arthur Lira (PP-AL), relator do projeto que eleva a R\$ 5.000 a faixa de isenção do Imposto de Renda, disse nesta terça-feira (6) que o texto estará pronto para votação no dia 16 de julho, na última semana de trabalho do Legislativo antes do recesso parlamentar.

A expectativa do parlamentar é de que ele seja votado na comissão especial criada para analisar o projeto nessa data e siga para o plenário. Na primeira reunião da comissão nesta terça, Lira apresentou um plano de trabalho que inclui a finalização de seu relatório no dia 27 de junho.

O projeto do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

prevê, além da isenção, uma redução no imposto pago por quem ganha mais de R\$ 5.000 e menos de R\$ 7.000.

Para compensar a perda de arrecadação dessas renúncias, o governo prevê um imposto efetivo mínimo para alta renda e a cobrança na fonte sobre os dividendos distribuídos pelas empresas. O projeto do Ministério do Fazenda também quer cobrar alíquota mínima de 10% sobre todas as rendas para quem ganha mais de R\$ 50 mil.

O governo garante que a proposta mantém neutralidade fiscal, ou seja, a renúncia com a isenção será compensada com a arrecadação do imposto mínimo e da cobrança sobre dividendos.

Lira afirmou nesta terça que a Fazenda precisa detalhar os cálculos usados para a elaboração do projeto, para garantir que a mudança não se torne arrecadatória.

Ele defendeu também que o texto preparado na comissão cubra integralmente todos os pontos discutidos no projeto e que nada fique para regulamentação posterior - como é o caso do mecanismo de devolução do imposto mínimo cobrado a mais na combinação entre a taxa da empresa com o da pessoa física que recebe dividendos.

O deputado do PP disse que a previsão de cobrança a investidores estrangeiros pode afetar o interesse desses pelo Brasil. Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Brasil sobe cinco posições no ranking do IDH e está na 84ª colocação

Alckmin reforça exclusão de energia e alimentos do cálculo da Selic

Novo ministro da Previdência assinou emenda para adiar controle de descontos no INSS

BCs dos EUA e do Brasil iniciam decisões de juros em meio incertezas



Mais de 59 milhões investem e 32 milhões economizam sem investir, diz Anbima



NO MUNDO

Lula vai a Rússia e China se reunir com Putin e Xi e debater mercado e paz



O presidente Lula (PT) embarca nesta noite para uma viagem dupla de uma semana para a Rússia e a China.

Lula foi convidado a Moscou pelo presidente russo, Vladimir Putin. A Rússia comemora os 80 anos do Dia da Vitória, data que marca a tomada de Berlim pelo Exército soviético na Segunda Guerra Mundial, um dos principais feriados do país, na próxima sexta (9).

Ele deverá ter um encontro bilateral com Putin. Lula quer voltar a tentar conquistar um papel de mediador na guerra contra a Ucrânia. Quando assumiu,

o brasileiro procurou um diálogo, mas não conseguiu avançar, com resistência também do presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky.

É a primeira vez que os dois se encontram neste mandato. Condenado pelo TPI (Tribunal Penal Internacional), ele pode receber voz de prisão se entrar nos países signatários, do qual o Brasil faz parte, o que tem impedido sua ida às cúpulas internacionais, como o G20 no Brasil e as assembleias da ONU (Organização das Nações Unidas).

Também está prevista uma reunião com o primeiro-ministro da Eslováquia, Robert Fico. O eslovaco veio ao Brasil para se encontrar

com Lula em novembro do ano passado, mas o presidente teve de cancelar a reunião, ao ser internado às pressas em São Paulo, e foi representado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB).

A comitiva brasileira chega um dia depois de um ataque de drones ucranianos que fechou aeroportos de Moscou. O governo russo afirmou que, apesar do ataque, manterá a trégua de quinta a sábado anunciada por Putin para permitir as comemorações, mas alertou que "dará uma resposta apropriada se a Ucrânia não suspender os ataques".

Lucas Teixeira/Folhapress

Canadá não está à venda, diz premiê canadense ao lado de Trump sobre ideia de anexar país

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, reiterou a ideia de anexar o Canadá aos Estados Unidos na primeira conversa presencial com o premiê do país, Mark Carney, nesta terça-feira (6), na Casa Branca.

Ao lado de Carney, o republicano disse que olha para o mapa e acha que faz todo sentido unir os países, dizendo ficar "muito bonito". Afirmou ainda que os canadenses contariam com uma queda nos seus impostos.

Em resposta, o primeiro-ministro canadense rechaçou a ideia. "Não está à venda. Nunca estará à venda."

Momentos antes da visita de Carney, o presidente americano fez um post agressivo na sua rede social, Truth Social, dizendo que os EUA não precisam de nada

do país vizinho, um antigo aliado.

"Eu realmente quero trabalhar com ele, mas não consigo entender uma simples VERDADE -Por que os Estados Unidos estão subsidiando o Canadá em US\$ 200 bilhões por ano, além de oferecer proteção militar GRATUITA e muitas outras coisas?" escreveu Trump

"Não precisamos dos carros deles, não precisamos da energia deles, não precisamos da madeira deles, não precisamos de NADA do que eles têm, exceto da amizade deles, que esperamos manter para sempre", completou o presidente.

No início da visita de Carney no Salão Oval, Trump baixou o tom e disse que os canadenses escolheram uma "pessoa muito talentosa".

Folhapress

Trump anuncia acordo com rebeldes houthis no Iêmen, e Israel volta a bombardeá-los



O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou nesta terça-feira (6) que os Estados Unidos vão parar de bombardear os rebeldes houthis que ocupam áreas estratégicas do Iêmen após, segundo ele, o grupo ter se comprometido a interromper ataques contra navios americanos em rotas de comércio no Oriente Médio.

"Eles disseram: 'por favor, não nos bombardeiem mais e não atacaremos seus navios", declarou Trump, durante reunião com o primeiro-ministro canadense, Mark Carney, no Salão Oval da Casa Branca. "Eu aceitarei a palavra

deles e interromperemos o bombardeio aos houthis imediatamente."

Não houve resposta dos houthis até a publicação deste texto.

As Forças Armadas dos EUA afirmam ter atingido mais de 1.000 alvos desde o início da sua atual ofensiva no Iêmen (batizada de Operação Rough Rider), em 15 de março. Os ataques, segundo os militares americanos, mataram "centenas de combatentes houthis e vários líderes houthis".

Enquanto isso, nesta terça-feira (6), Israel realizou ataques aéreos no Iêmen pelo segundo dia consecutivo, tendo como alvo Sanaa e seu aeroporto, ambos

controlados pelos rebeldes houthis. O bombardeio veio dois dias depois que o grupo iemenita lançou um míssil contra o principal aeroporto internacional de Israel.

O canal dos rebeldes, Al Masirah, informou sobre os bombardeios israelenses contra o aeroporto internacional da capital do Iêmen, país que está em guerra desde 2014. Segundo o veículo, o ataque causou três mortes.

Também foram atacadas três centrais elétricas em Sanaa e ao redor, assim como uma fábrica de cimento em Amran, no norte do país, informou a emissora.

Folhapress

**DATA
MERCANTIL** **São Paulo**

◀ JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

◀ Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

◀ EDITORIAL: Daniela Camargo
◀ COMERCIAL: Tiago Albuquerque
◀ Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Brasil sobe cinco posições no ranking do IDH e está na 84ª colocação



O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Pnud ou UNDP, na sigla em inglês) divulgou, nesta terça-feira (6), a edição deste ano do relatório de Desenvolvimento Humano. O documento atualiza o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 193 países, com base em informações de 2023, sobre indicadores de expectativa de vida, escolaridade e PIB per capita - por indivíduo.

O Brasil aparece na 84ª colocação com um IDH de 0,786 (em uma escala de 0,000 a 1,000), um índice considerado de desenvolvimento alto. Em relação a 2022, o IDH do país cresceu 0,77% porque o índice era

de 0,780 (ajustado este ano). Em 2022, o Brasil estava na 89ª posição, o que significa que o país subiu cinco colocações. No IDH de 2022 ajustado este ano, no entanto, o país estava na 86ª posição e, portanto, subiu duas colocações no ranking (ultrapassando a Moldávia e empatando com Palau).

O relatório também mostra a evolução do país nos períodos de 2010 a 2023 (um aumento médio anual de 0,38%) e de 1990 a 2023 (um crescimento médio de 0,62%).

Segundo o Pnud, os países são divididos em quatro grupos, de acordo com o IDH. Aqueles com pontuação a partir de 0,800 são considerados de alto

desenvolvimento humano. Setenta e 74 países estão nessa situação. O Chile é o país na melhor posição entre as nações da América Latina e Caribe (45ª posição, com 0,878 ponto).

Outros nove latino-americanos e caribenhos estão neste grupo (Argentina, Uruguai, Antígua e Barbuda; São Cristóvão e Névis; Panamá; Costa Rica; Bahamas; Barbados; e Trinidad e Tobago). Na média, o IDH da região subiu 0,778 em 2022 para 0,783 em 2023 (alta de 0,64%).

Além do Brasil, outros 49 países são considerados de desenvolvimento alto (com pontuação de 0,700 a 0,799).

Vitor Abdala/ABR

Emergência climática exigirá cerca de US\$ 6 trilhões até 2030

A mobilização necessária para enfrentar a emergência climática e ecológica exigirá cerca de US\$ 6 trilhões em investimentos até 2030, segundo a Comissão Global sobre Economia e Clima.

O tema estará em debate no 2º Fórum de Finanças Climáticas e de Natureza (FFCN) que será realizado no Rio de Janeiro no fim deste mês. O encontro vai discutir também, entre outras estratégias, modelos financeiros e políticas públicas que conciliem desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade.

A mobilização será organizada por sete instituições da sociedade civil: Instituto Arapyaú, Instituto AYA, Instituto Clima e Sociedade (ICS), Instituto Igarapé, Ins-

tituto Itaúsa, Open Society Foundations e Uma Concerção pela Amazônia, uma rede de mais de 600 integrantes, representantes dos setores público e privado, academia e sociedade civil.

Com a participação de líderes nacionais e internacionais, o fórum tem ainda por finalidade consolidar o protagonismo do Brasil na transição para uma economia de baixo carbono, socialmente justa e positiva para a natureza.

O encontro nos dias 26 e 27 é parte da preparação para a COP30, que será realizada em Belém, no Pará, em novembro de 2025; o fim da presidência brasileira no G20 e a transição para a liderança sul-africana; além da presidência do Brasil no Brics.

CNN



BCs dos EUA e do Brasil iniciam decisões de juros em meio incertezas



Começa nesta terça-feira (6) a série de reuniões dos bancos centrais dos Estados Unidos e do Brasil para decidir os próximos passos dos juros, que serão publicados na Superquarta.

As reuniões ocorrem em meio ao elevado nível de incertezas globais, sobretudo com os efeitos da guerra tarifária intensificada por Donald Trump no início de abril.

Por aqui, a expectativa é que o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC faça novo aumento da Selic, atualmente em 14,25% ao ano, mas em menor grau ao visto nas últimas reuniões. A decisão deve sair após as 18h.

Já nos EUA, o Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) do Federal Reserve (Fed) publica a sua decisão às 15h.

O mercado aposta majoritariamente na manutenção das taxas no atual patamar de 4,25% 4,5%, e cria mais expectativas pelo discurso do chair Jerome Powell, às 15h30, que pode dar mais pistas sobre novos cortes ao longo deste ano.

A decisão sobre a Selic está sob a expectativa de qual será o direcionamento dado pela equipe liderada pelo presidente do BC, Gabriel Galípolo.

Enquanto a do Fed é pausada por dados em várias direções da economia nor-

te-americana e pela pressão de Donald Trump sobre o chefe do banco central local.

De acordo com a ata da reunião do Copom de março, é esperada uma alta da Selic inferior a 1 ponto percentual. O que está incerto é qual será essa elevação e quais serão os comentários posteriores, habitualmente divulgados uma semana após a reunião do Comitê de Política Monetária.

A maior parte do mercado está apostando em uma alta de 0,5 ponto, elevando os juros ao patamar de 14,75% ao ano, mostram dados da B3. Caso se confirme, a Selic alcançará o maior degrau desde 2006.

CNN

POLÍTICA

Alckmin reforça exclusão de energia e alimentos do cálculo da Selic



Na véspera da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) que deve elevar a taxa básica de juros em 0,5 ponto percentual, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, voltou a defender que o Banco Central exclua os preços de alimentos e energia do cálculo de inflação utilizado como base para decisões sobre a Selic.

"Alimento é clima. Se tiver, como tivemos o ano passado, uma seca brutal e um calor enorme, é óbvio que vai cair a safra com a seca. E não adianta eu au-

mentar os juros que não vai fazer chover. Por isso eles [o Federal Reserve] excluem. Da mesma forma, energia, combustível. Não adianta eu aumentar os juros que não vai baixar o preço do petróleo. Isso é guerra, é geopolítica", afirmou.

Durante um almoço da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), Alckmin voltou a dizer que o Federal Reserve (Fed), o banco central dos Estados Unidos calcula a chamada inflação "core" (núcleo) — uma métrica que exclui itens voláteis como alimentos e energia para orientar suas decisões de política monetária. Mas reforçou que o

assunto não deve ser debatido agora, mas no futuro.

A fórmula utilizada nos EUA busca refletir melhor as pressões inflacionárias estruturais da economia, sem os ruídos causados por fatores climáticos ou geopolíticos.

Já no Brasil, o Banco Central utiliza como referência o IPCA, índice medido pelo IBGE, que considera uma cesta ampla de bens e serviços consumidos pelas famílias, incluindo itens voláteis como alimentos e energia, justamente por refletir o impacto direto desses preços no custo de vida da população. CNN

Novo ministro da Previdência assinou emenda para adiar controle de descontos no INSS



O novo ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz (PDT-PE), assinou uma proposta quando deputado federal adiando uma medida que poderia fortalecer o controle de descontos em aposentadorias e pensões do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Os valores abatidos eram enviados para associações e estão no centro do escândalo que levou à demissão do antecessor, Carlos Lupi.

A emenda, noticiada antes pelo UOL, tinha como único ponto adicionar à lei 8.213, que dispõe sobre os benefícios do INSS, um inciso que postergava em dois

Governo vai devolver dinheiro na conta em que é paga a aposentadoria do INSS, diz presidente do órgão

A devolução dos valores descontados indevidamente de aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) será feita diretamente na conta dos beneficiários, conforme informou o novo presidente da autarquia, Gilberto Waller Júnior.

"Uma das coisas que já foi definida é que o eventual ressarcimento, seja da instituição, seja do poder público está sendo discutido ainda como fazer será feito via benefício, via conta do benefício. Nada de Pix, nada de depósito em conta e nada de sacar em banco", informou o presidente da autarquia em entrevista à Rádio CBN nesta terça-feira (6).

Ele também alertou os segurados sobre possíveis golpes relacionados à devolução dos valores. O plano de devolução deve ser apresentado até a próxima semana.

"A demanda que o presidente Lula nos deu foi que

tem que ser algo fácil, ágil e seguro para o nosso beneficiário", disse Waller Júnior.

Atualmente, o projeto está em fase de discussão interna com a Casa Civil e envolve a participação de órgãos como STF, CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e MPF (Ministério Público Federal).

O presidente também explicou que o INSS abriu 12 processos contra entidades suspeitas, com base na lei anticorrupção. Entre as investigadas estão empresas que teriam pago propina a agentes públicos e outras classificadas como "empresas fantasmas", que, segundo ele, "não apresentavam condições mínimas para existir". Nessas situações, o INSS desconsiderou a personalidade jurídica para atingir os sócios e eventuais conglomerados empresariais, com o objetivo de bloquear bens e garantir a restituição dos valores aos aposentados e pensionistas prejudicados. Julia Galvão/Folhapress



anos o começo da necessidade de revalidação para os descontos continuarem.

Dizia o texto que, para abatimentos em mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, "a autorização do desconto deverá ser revalidada a cada três anos, a partir de 31 de dezembro de 2023". Anteriormente, a lei já previa o mecanismo trienal, mas com início em 31 de dezembro de 2021.

A justificativa da emenda, que acompanha a proposta, afirmava que a medida era necessária devido aos efeitos da pandemia do coronavírus. "Patenteia-se

a imperiosa necessidade de sua dilação, para o período que sobrevier ao controle da Covid-19 e à total imunização da população, bem assim à mínima reorganização da vida social desses trabalhadores e das entidades que têm o dever constitucional de bem representá-los", diz o texto.

A emenda foi apresentada pelo então deputado Wilson da Fetaemg (PSB-MG) e coassinada por Queiroz e também por Danilo Cabral (PSB-PE), Enio Verri (PT-PR) e Jorge Solla (PT-BA). Procurado por meio de seus assessores, Queiroz não respondeu até a publicação deste texto. Folhapress

INVESTIMENTOS

Mais de 59 milhões investem e 32 milhões economizam sem investir, diz Anbima



A proporção de brasileiros que estão investindo em produtos financeiros se manteve estável em 2024, em 37%, mesma porcentagem comparada ao ano anterior. O índice representa mais de 59 milhões de brasileiros que estão no mercado financeiro, mas este número poderia ser ainda maior, já que 32 milhões de pessoas economizam sem investir.

Os dados são do mais recente Raio-X do Investidor, pesquisa feita pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) em parceria com o Datafolha, divulgada nesta terça-feira (29). A pesquisa aponta

também que, pela primeira vez, um terço da população (33%) conseguiu economizar em 2024, um aumento de três pontos percentuais em relação ao ano anterior, o que representa 5 milhões de pessoas a mais.

Isso significa que mais pessoas estão conseguindo guardar dinheiro, mas ainda não estão direcionando esses recursos para investimentos que podem trazer rendimento para suas economias.

Conta corrente, casa própria, sonhos de consumo: para onde vão as economias

Segundo a pesquisa, as economias vão para diferentes destinos. Manter o dinheiro guardado em conta-corrente ou outro local é

a preferência para 21% dos entrevistados.

Outros 8% destinam para compra de imóvel, 6% para reforma ou construção de casa, 6% para compra de veículos, 4% para gastos com viagens e passeios, 4% para abrir ou manter o próprio negócio e 4% para gastos com saúde.

Quanto mais alta a classe social, maior a preferência pelos produtos financeiros para aplicar as economias. A pesquisa afirma que metade das pessoas da classe A/B investe o dinheiro economizado em produtos financeiros. O percentual cai para 34% da classe C. Na classe D/E, 23% conseguem aplicar em produtos financeiros.

Infomoney

FII RECT11 congela taxa de consultoria em meio a reivindicações de cotistas

O fundo imobiliário REC Renda Imobiliária (RECT11), que atua no segmento de lajes corporativas, anunciou a suspensão total da taxa de consultoria de investimentos responsável pela administração do fundo. A decisão ocorre em resposta à mobilização de cotistas por mudanças na estrutura de custos do FII.

Na semana passada, o fundo havia comunicado a retenção de 50% da taxa de consultoria por um período inicial de 12 meses.

Agora, a gestão informou que os outros 50% também serão suspensos, com os valores sendo redirecionados para amortizar parte do endividamento do fundo.

A gestora afirma que a retenção resultará em um

impacto positivo de R\$ 0,04 na distribuição mensal, mas que tal impacto não deve ser assumido como garantia de rendimento.

Cotistas pressionam por mudança na base de cálculo

O movimento de cotistas, batizado de “Queremos mudanças no RECT11”, tem pressionado a gestão a adotar o valor de mercado das cotas como base para o cálculo das taxas, em vez do valor patrimonial, hoje utilizado.

Segundo o movimento, a alteração pode elevar os rendimentos em cerca de R\$ 0,05 por cota.

A medida também ocorre em meio à queda no preço de mercado das cotas do RECT11, que vêm negociando abaixo do valor patrimonial.

Infomoney



Brasil é vencedor relativo e ações seguem descontadas, diz Ferreira da XP



Brasil é vencedor relativo entre mercados emergentes e globais. Em novo relatório sobre visão do Research da XP sobre o país, Fernando Ferreira, estrategista-chefe e head da divisão de análise da corretora, afirma que ações brasileiras seguem descontadas.

Para a equipe do estrategista, os papéis brasileiros podem seguir ainda mais vantajosos em um contexto de melhora do cenário macro e ciclo de alta de juros próximo do fim. A visão foi reforçada por investidores em Londres, em roadshow recente da corretora no exterior. A estimativa de valor justo do Ibovespa ao fim de 2025 foi revisto para 145

mil, dos 149 mil anteriores.

“O rali de Brasil continua, apesar do forte aumento da volatilidade. Abril marcou um novo capítulo na política comercial dos EUA, com o anúncio de tarifas em 2 de abril, o que gerou forte alta na volatilidade dos mercados globais. A aversão ao risco aumentou, levando a saídas de estrangeiros no início do mês”, afirma o relatório.

A análise afirma, no entanto, que as saídas reverteram ao longo do mês e que vencedores da guerra comercial foram reavaliados pelos investidores. Nesse cenário, a América Latina se apresenta como mais protegida. E, dentre os mercados emergentes, o

Brasil seguiria como “vencedor relativo”.

O país se beneficiaria do ponto de vista de fluxo, uma vez que, no curto prazo, investidores globais continuariam realizando movimento de rotação de capital e, no longo prazo, a base produtiva de multinacionais seria diversificada.

“O dólar mais fraco também continua favorecendo os mercados emergentes. Essa visão foi amplamente compartilhada por investidores globais e de mercados emergentes durante nosso roadshow em Londres, com sentimento claramente otimista em relação à bolsa brasileira”, diz Ferreira.

Infomoney

Brasiluz Eletrificação e Eletrônica Ltda.

CNPJ/MF nº 18.680.121/0001-97

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

Balço Patrimonial					Demonstração do Resultado						
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3b/5	26.332	25.888	36.336	51.351	Partes relacionadas	9	1.000	1.968	23.216	36.819
Contas a receber	3c/6	843	3.997	51.891	33.620	Fornecedores	3f/11	1.278	5.000	111.757	206.563
Estoques	-	-	-	1.432	-	Obrigações trabalhistas e sociais	-	781	732	2.138	1.996
Impostos a compensar	7	3.400	1.742	8.693	4.345	Obrigações fiscais	3h/12	1.775	2.460	7.721	6.797
Adiantamento a fornecedores	-	193	331	14.472	53.589	Dividendos a pagar	-	-	5.176	5.370	-
Ativo financeiro	3j	-	-	136.364	120.659	Outras contas a pagar	-	240	12	913	766
Dividendos a receber	8	2.239	2.431	512	512	Total do passivo circulante		5.074	10.172	150.922	258.313
Outros créditos	15	24	3.098	2.560	-	Passivo não circulante					
Total do ativo circulante		33.022	34.413	251.366	268.068	Fornecedores longo prazo	11	-	-	82.779	-
Não circulante						Obrigações fiscais	12	-	-	73.987	38.864
Realizável a longo prazo						Partes relacionadas	9	93.157	78.517	103.264	86.723
Ativo financeiro	3j	-	-	584.524	469.852	Provisões tributárias	-	2.768	2.338	3.073	2.644
Impostos a compensar - longo prazo	7	-	-	17.670	-	Participação em passivo a descoberto	10	2.788	2.645	595	88
IRPJ e CSLL diferido	3h/20	941	795	941	795	Total do passivo não circulante		98.713	83.500	263.698	128.319
Despesas antecipadas	-	-	-	2.000	2.128	Patrimônio líquido					
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	16.127	-	Capital social	13.a	157.400	150.000	157.400	150.000
Partes relacionadas	9	70.518	61.514	20.959	26.991	Lucros acumulados	-	159.210	90.664	159.210	90.664
Depósito Judicial	-	-	-	-	9	Deságio decorrente de aumento de participação em investida	13.d	(7.578)	(1.102)	(7.578)	(1.102)
Total do realizável a longo prazo		71.459	62.316	642.221	499.775	Participação dos controladores	-	309.032	239.562	309.031	239.562
Investimentos	3e/10	318.290	243.845	12.129	8.803	Adiantamento para futuro aumento de capital	13.b	10.000	7.400	10.000	7.400
Imobilizado	45	54	4.080	514	Participação de não controladores	-	-	-	176.148	143.572	
Intangível	3	6	3	6	Total do patrimônio líquido		319.032	246.962	495.180	390.534	
Total do ativo não circulante		389.797	306.221	658.434	509.098	Total do passivo e do patrimônio líquido		422.819	340.634	909.800	777.166
Total do ativo		422.819	340.634	909.800	777.166						

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	Nota	Capital Social	Reserva de Lucros	Outros Resultados	Total	Participação de Não Controladores
Integralização de Capital	14.a	45.000	(45.000)	-	174.855	-
Lucro líquido do exercício	-	-	69.045	-	69.045	38.365
Juros sobre capital próprio	14.c	-	(3.236)	-	(3.236)	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	(3.982)
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.b	-	-	-	7.400	7.400
Deságio decorrente de aumento de participação em investida	-	-	-	(1.102)	(1.102)	(1.102)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		150.000	90.664	(1.102)	239.562	7.400
Integralização de Capital	13.a	7.400	-	-	7.400	-
Lucro líquido do exercício	-	-	76.972	-	76.972	35.980
Juros sobre capital próprio	14.c	-	(8.446)	-	(8.446)	-
Distribuição de Lucros	-	-	(820)	-	(820)	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	(3.407)
Substituição de "AFAC" oriundo endividamento existentes com sócios	13.b	-	-	-	734	734
Deságio decorrente de aumento de participação em investida	-	-	-	(6.476)	(6.476)	(6.476)
Reflexo de ajustes de exercícios anteriores ocorridos na investida	13.e	-	840	-	840	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		157.400	159.210	(7.578)	309.032	10.000

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

1. Contexto operacional – A Brasiluz Eletrificação e Eletrônica Ltda. (a seguir denominada Brasiluz ou Companhia) foi constituída em 14/08/2013, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A empresa tem como objeto social: projetos, execução e manutenção de redes públicas e privadas em geral; fornecimento, instalação, operação e manutenção de sistemas de gestão e telegestão de iluminação pública e energia em geral; e projetos e execução de serviços de sinalização e engenharia de tráfego, tais como: sinalização horizontal, vertical e semaforização; exploração comercial de centrais geradoras fotovoltaicas; e gestão, operação, manutenção e revitalização de cemitérios; prestação de serviços com Fornecimento de Equipamentos, Operação e Manutenção para Videomonitoramento podendo ter inteligência artificial embarcada, para fins de reconhecimento facial, contagem de pessoas e veículos, comportamento violento, dentre outros; Soluções tecnológicas integradas em formato de plataformas digitais, compreendendo aplicativos e sistemas web. Toda a parte técnica relacionada à execução de serviços de engenharia civil, eletrônica, elétrica, mecânica, hidráulica e outras será de exclusiva competência de engenheiros habilitados e devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo – CREA, bem como a execução de serviços relacionados às atividades de nível superior nas áreas administrativas em geral, serão de exclusiva competência de administradores habilitados e devidamente registrados no Conselho Regional de Administração – CRA, os quais gozarão de ampla autonomia na realização de projetos e execução de obras, respondendo, entretanto, como profissionais liberais, solidariamente à sociedade por quaisquer danos e prejuízos causados a terceiros.

2. Apresentação das demonstrações contábeis – As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor para os registros iniciais, que depois podem sofrer variação do custo histórico. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Baseado neste fato, os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por estas estimativas. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Brasiluz em 30 de abril de 2025, estando aprovadas para divulgação. A moeda funcional da Brasiluz é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis.

3. Principais práticas contábeis – a) Apuração do resultado: O resultado foi apurado segundo o regime de competência do período para a contabilização das receitas, custos e despesas. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalência de caixa incluem numerários, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, as quais são firmadas com instituições financeiras nacionais. O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está substancialmente composto por aplicações de renda fixa com juros pré-fixados, concentradas principalmente em Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (vide nota explicativa nº5). **c) Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas como ativo circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, deduzidas das perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. As controladas da Companhia aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, as controladas da Companhia não acompanham as alterações no risco de crédito, não reconhecendo as perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (vide nota explicativa nº6). **d) Demais ativos circulantes e não circulante:** Os demais ativos circulantes e não circulantes estão demonstrados pelos valores de custo, acrescidos ou reduzidos, quando aplicável, dos respectivos rendimentos ou provisão para perdas. **e) Investimentos:** Os investimentos são registrados pelo método de equivalência patrimonial (MEP). De acordo com este método, a participação da empresa no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido da investida, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período é reconhecida como receita (ou despesa) operacional (vide nota explicativa nº10). A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a empresa reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a empresa e a investida, são eliminados de acordo com a participação mantida na investidora. Os movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento. **f) Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo (vide nota explicativa nº11). **g) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos. **h) Imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) corrente e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 Mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido (vide nota explicativa nº20). **i.** Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício após a reversão e diferimento das receitas (regime caixa) e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **ii.** Receita (Despesa) de imposto de renda e contribuição social diferido. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis individuais e consolidadas e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa/receita de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são

mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **ii) Reconhecimento da receita: Receita de contratos com clientes:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, quando aplicável (vide nota explicativa nº14). A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as características de cada prestação de serviço. A Companhia aplica o modelo do CPC 47 para mensurar e contabilizar a receita proveniente de contratos com clientes, o que estabelece que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a Companhia espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. O modelo é baseado em cinco passos: i) identificação dos contratos com clientes; ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; iii) determinação de preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos; e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente os descontos obtidos, juros recebidos e rendimentos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente os juros sobre empréstimos, descontos concedidos e juros sobre capital próprio (vide notas explicativas nº 18 e 19). **Ativo financeiro (Consolidado):** Refere-se à parcela de valores a receber decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com os entes públicos. Estão registrados com base na aplicação de Interpretação Técnica ICPC 01 "Contratos de Concessão" e da Orientação Técnica ÓPC 05 "Contratos de Concessão" (IFRIC 12) e pronunciamento técnico CPC 48 "Instrumentos Financeiros". Trata-se de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente pelos investimentos na iluminação das vias públicas, por meio de contratos de Parceria Público Privada, de concessão administrativa para gestão de serviços de iluminação pública, incluídos o desenvolvimento, modernização, ampliação e eficiência energética. A seguir vide composição de saldo por investida:

Empresas Auditadas	R\$ Mil	
	2024	2023
Teresina Luz	202.470	178.001
Guarulhos Luz SPE S.A.	176.142	169.622
Subtotal	378.612	347.623
Empresas Não Auditadas		
Mauá	144.332	129.082
Barra Luz	53.257	40.352
Corda Luz	33.723	5.058
Grajau Luz	20.797	-
Cosmópolis Luz	18.803	12.986
SA Luz	16.069	18.079
Dutra Luz	10.116	8.487
Oeiras Luz	9.356	-
Ouro Preto	9.169	10.956
Campos Luz	7.992	4.394
Icatu Luz	4.831	4.641
Demerval Luz	4.271	-
GEB Luz	2.413	2.329
Alexandre Luz	2.004	1.939
Basilios Luz	1.835	1.820
Jatobá Luz	1.503	1.439
Graça Aranha	1.361	1.326
Colônia Luz	444	-
Subtotal	342.276	242.888
Total	720.888	590.511
Ativo Circulante	136.364	120.659
Ativo Não Circulante	584.524	469.852
Total	720.888	590.511

Instrumentos financeiros: A Companhia apresenta em seu balanço patrimonial instrumentos financeiros não derivativos, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, assim como empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. As práticas contábeis utilizadas para valorização dos ativos e passivos financeiros estão reconhecidas a valores que não diferem dos de mercado.

4. Demonstrações contábeis consolidadas – As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Brasiluz e das seguintes empresas controladas, cujas participações nas datas dos balanços são assim resumidas:

Controladas	% de Participação	
	2024	2023
Mauá Luz SPE Ltda.	60	60
Construtora Luz de Mauá Ltda.	60	60
Dutra Luz Eletrificação Ltda.	100	100
Barra Luz SPE Ltda.	60	60
Corda Luz SPE Ltda.	75	75
S.A. Luz-Montagem e Instalação de Equip. de Iluminação SPE Ltda.	87	87
Teresina Luz S.A.(i)	50	33
Graça Aranha Luz SPE Ltda.	50	50
Icatu Luz SPE Ltda.	50	50
GEB Luz SPE Ltda.	33	33
Oeiras Luz SPE Ltda.	50	50
Basilios Luz SPE Ltda.	50	50
Alexandre Luz SPE Ltda.	51	51
Ouro Preto Luz SPE Ltda.	95	95
Jatobá Luz SPE Ltda.	50	50
Campos Luz SPE Ltda.	51	51
Guarulhos Luz SPE S.A.	100	100

Receita operacional líquida	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	3i/14	64.327	55.639	336.715	386.308
Custos dos serviços prestados	15	(38.433)	(35.952)	(197.366)	(332.294)
Resultado operacional bruto		25.894	19.687	139.349	54.014
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	16	(14.979)	(7.540)	(28.376)	(12.375)
Provisões para contingências	-	(429)	(667)	(430)	(972)
Despesas Tributárias	-	(18)	(47)	(633)	(1.720)
Outras receitas e despesas operacionais	17	2.704	(66)	(617)	1.270
Equivalência patrimonial	10	67.133	60.316	(161)	(1.603)
Resultado antes do resultado financeiro		80.305	71.683	110.398	38.614
Receitas financeiras	3i/18	6.707	6.828	23.673	105.468
Despesas financeiras	3i/19	(18.341)	(10.071)	(17.695)	(33.287)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		68.671	68.440	116.376	110.795
Imposto de renda e contribuição social correntes	3h/20	(1.531)	(1.874)	7.349	(3.709)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3h/20	1.386	(757)	(18.754)	(757)
Reversão de juros sobre o capital próprio	-	8.446	3.236	8.446	3.236
Lucro líquido do exercício	3a	76.972	69.045	113.417	109.565
Participação de controladores no resultado	-	76.972	69.045	76.972	69.045
Participação de não controladores no resultado	-	-	-	36.445	40.520
Lucro líquido do exercício	3a	76.972	69.045	113.418	109.565

Demonstração do Resultado Abrangente				
Lucro líquido do exercício	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	76.972	69.045	113.418	109.565
Deságio decorrente de aumento de participação em investida	-	-	(6.476)	(1.102)
Resultado abrangente total	76.972	69.045	106.943	108.463
Atribuído aos sócios controladores	76.972	69.045	76.972	69.045
Atribuído aos sócios não controladores	-	-	29.970	39.418
Resultado abrangente total	76.972	69.045	106.943	108.463

Demonstração dos Fluxos de Caixa				
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais	76.972	69.045	113.418	109.565
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	1			

... continuação

das, decorrentes de serviços de construção relacionados às investidas: Barra Luz SPE Ltda., Teresina Luz S.A., Construtora Luz de Mauá Ltda., Dutra Luz Eletrificação Ltda., Ouro Preto Luz SPE Ltda., Graça Aranha Luz SPE Ltda., S.A. Luz – Mont. e Inst. de Equip. de Iluminação SPE Ltda., Icatu Luz SPE Ltda., GEB Luz SPE Ltda., Oeiras Luz SPE Ltda., Basílios Luz SPE Ltda., Alexandre Luz SPE Ltda., Jatobá Luz SPE Ltda., Campos Luz SPE Ltda., Guarulhos Luz SPE S/A., Cosmópolis Luz SPE Ltda., Grajaú Luz SPE Ltda., Colônia Luz SPE Ltda., e, Corda Luz SPE Ltda. A **Companhia** estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas com relação às contas a receber de clientes. As provisões para perdas esperadas (*impairment*) são reconhecidas de acordo com as normas do CPC 48 – Instrumentos financeiros, com base nos percentuais históricos de perda, e de acordo com o *aging* da carteira de contas a receber, considerou-se os títulos vencidos a mais de 12 meses.

7. Impostos a compensar

	R\$ Mil		R\$ Mil	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2024	2023	2024	2023
INSS	895	634	899	676
IRPJ	1.947	658	4.570	1.341
IRRF	-	204	-	964
ISS	30	192	908	1.002
CSLL	528	-	730	105
COFINS	-	-	1.219	207
PIS	-	-	367	50
IRPJ e CSLL diferido	-	-	17.670	-
Outros	-	54	-	-
Total	3.400	1.742	26.363	4.345
Ativo circulante	3.400	1.742	8.693	4.345
Ativo não circulante	-	-	17.670	-
Total	3.400	1.742	26.363	4.345

8. Dividendos a receber

	R\$ Mil		R\$ Mil	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2024	2023	2024	2023
Teresina Luz S.A.	1.727	1.919	-	-
Ilumina Hortolândia S.A.	410	410	410	410
Ilumina Socorro S.A.	102	102	102	102
Ilumina Guarapuava S.A.	2.239	2.431	512	512
Total	4.478	4.862	1.024	1.024

9. Partes relacionadas

	R\$ Mil		R\$ Mil	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2024	2023	2024	2023
Ativo não circulante				
Mútuo com juros	5.894	3.310	5.894	3.310
Mútuo sem juros	64.624	58.204	15.065	23.681
Total	70.518	61.514	20.959	26.991
Passivo				
Mútuo com partes relacionadas – Circulante	1.000	1.968	23.216	36.819
Mútuo com partes relacionadas – Não circulante	93.157	78.517	103.264	86.723
Total	94.157	80.485	126.480	123.542

Os saldos demonstrados a receber e a pagar referem-se a montantes de diretos e obrigações com partes relacionadas. A administração classifica os saldos entre circulante e não circulante com base na perspectiva de realização dentro dos próximos 12 meses e o saldo remanescente registrado no não circulante. Os contratos firmados entre as partes, não possuem data prevista para liquidação e não há previsão para cobrança/pagamento de juros. Para os valores onde são previstos pagamento com juros, as taxas variam de 1% a 1,5% ao mês.

10. Investimentos – a. Investimentos – Controladora

	% Partic.	2024 – R\$ Mil		2023 – R\$ Mil	
		Saldo Investimento	Resultado de Equivalência	Saldo Investimento	Resultado de Equivalência
Mauá Luz SPE Ltda.	60	97.996	58.798	19.688	11.813
Construtora Luz de Mauá Ltda.	60	138.985	83.391	35.338	21.203
Barra Luz SPE Ltda.	60	49.316	21.490	9.991	5.995
Dutra Luz Eletrificação Ltda.	100	5.665	5.165	(2.539)	(2.539)
S.A. Luz – Montagem e Instalação de Equipamentos de Iluminação SPE Ltda.	87	18.926	15.051	2.363	2.056
Ouro Preto Luz SPE Ltda.	95	1.656	1.573	(193)	(183)
Graça Aranha Luz SPE Ltda.	50	1.151	576	(125)	(63)
Icatu Luz SPE Ltda.	50	388	194	8	4
GEB Luz SPE Ltda.	33	2.373	793	(181)	(60)
Oeiras Luz SPE Ltda.	50	9.660	4.830	10.905	5.453
Basílios Luz SPE Ltda.	50	845	423	467	234
Alexandre Luz SPE Ltda.	51	1.549	790	414	211
Jatobá Luz SPE Ltda.	50	1.064	532	261	131
Campos Luz SPE Ltda.	51	944	481	246	125
Cosmópolis Luz SPE Ltda.	99	4.753	4.705	2.362	2.338
Grajaú Luz SPE Ltda.	51	2.599	1.325	(2.089)	(1.065)
Colônia Luz SPE Ltda.	50	764	382	(236)	(118)
Demerval Luz SPE Ltda.	50	5.122	2.561	122	61
Sóter Luz SPE Ltda.	55	2.000	-	-	-
Corda Luz SPE Ltda.	75	4.735	3.551	8.144	6.108
FBLuz S.A.	33	6.634	2.211	3.148	1.049
Teresina Luz S.A. (*)	50	74.961	37.481	11.557	5.779
Guarulhos Luz SPE S.A. (*)	100	62.073	62.071	13.399	13.399
Ilumina Guarapuava S.A. (*)	30	14.332	4.300	(1.867)	(560)
Ilumina Hortolândia S.A. (*)	20	13.113	2.623	473	95
Ilumina Socorro S.A. (*)	40	2.187	875	(366)	(146)
Ilumina Palotina SPE S.A. (*)	30	163	49	(173)	(52)
Ilumina Cotia SPE S.A. (*)	30	6.901	2.069	(130)	(38)
Total dos Investimentos		530.855	318.290	110.987	71.230
Transmissora Brasrio S.A.	100	(357)	(357)	(1.511)	(1.511)
Coeelho Luz SPE Ltda.	60	(322)	(199)	(432)	(259)
Ilumina Monte Azul SPE Ltda.	60	(835)	(501)	(935)	(561)
Serra Luz SPE Ltda.	60	(1.296)	(778)	(1.396)	(838)
Tupã Luz SPE Ltda.	60	(596)	(358)	(696)	(421)
Ilumina Sapucaia do Sul S.A. (*)	50	(1.190)	(595)	(1.014)	(507)
Participação em Passivo a Descoberto		(4.596)	(2.788)	(5.984)	(4.097)
Total Geral		526.259	315.502	105.003	67.133

(*) A referida investida é submetida a avaliação de auditor independente.

	% Partic.	2023 – R\$ Mil		2024 – R\$ Mil	
		Saldo Investimento	Resultado de Equivalência	Saldo Investimento	Resultado de Equivalência
Maua Luz SPE Ltda.	60	78.308	46.985	13.882	8.329
Construtora Luz De Mauá Ltda.	60	115.547	69.328	42.400	25.440
Barra Luz SPE Ltda.	60	39.325	15.495	5.485	3.291
Dutra Luz Eletrificação Ltda.	100	8.204	7.704	2.502	2.502
Ilumina Guarapuava S.A.	30	16.199	4.860	(1.012)	(304)
Ilumina Hortolândia S.A.	20	15.340	3.068	2.363	473
S.A. Luz Mont. Inst. Equip. Ilum. SPE Ltda.	87	16.562	12.994	3.338	2.904
Teresina Luz S.A.	33	63.404	21.133	24.607	8.202
Ilumina Socorro S.A.	40	2.944	1.169	156	62
Ouro Preto Luz SPE Ltda.	95	1.849	1.757	(219)	(208)
Graça Aranha Luz SPE Ltda.	50	1.415	708	252	126
Icatu Luz SPE Ltda.	50	380	190	(69)	(35)
Geb Luz SPE Ltda.	33	2.554	853	135	45
Oeiras Luz SPE Ltda.	50	455	228	884	442
Basílios Luz SPE Ltda.	50	378	188	357	179
Alexandre Luz SPE Ltda.	51	1.135	578	578	295
Jatobá Luz SPE Ltda.	50	803	401	110	55
Campos Luz SPE Ltda.	51	698	(104)	(302)	(154)
FB Luz S.A.	33	800	(303)	(4.000)	(1.320)
Guarulhos Luz SPE S.A.	100	51.856	51.856	11.856	11.856
Cosmopolis Luz SPE Ltda.	99	2.391	2.366	91	90
Grajaú Luz SPE Ltda.	51	4.688	2.391	(312)	(159)
Total dos Investimentos		425.235	243.845	103.082	62.111
Corda Luz SPE Ltda.	75	(3.409)	(2.557)	(1.708)	(1.281)
Ilumina Sapucaia do Sul S.A.	50	(176)	(88)	(1.028)	(514)
Participação em Passivo a Descoberto		(3.585)	(2.645)	(2.736)	(1.795)
Total Geral		421.650	241.200	100.346	60.316

b. Investimentos – Consolidado

	% Partic.	2024 – R\$ Mil		2023 – R\$ Mil	
		Saldo Investimento	Resultado de Equivalência	Saldo Investimento	Resultado de Equivalência
Ilumina Guarapuava S.A.	30	14.332	4.300	(1.867)	(560)
Ilumina Hortolândia S.A.	20	13.113	2.623	473	95
Ilumina Socorro S.A.	40	2.187	875	(366)	(146)
FBLuz S.A.	33	6.634	2.211	3.148	1.049
Ilumina Palotina SPE S.A.	30	163	49	(173)	(52)
Ilumina Cotia SPE S.A.	30	6.901	2.071	(130)	(38)
Total		43.330	12.129	1.085	346
Ilumina Sapucaia do Sul S.A.	50	(1.190)	(595)	(1.014)	(507)
Participação em Passivo a Descoberto		(1.190)	(595)	(1.014)	(507)
Total Geral		42.140	11.532	71	(161)

Brasiluz Eletrificação e Eletrônica Ltda.

	% Part.	2023 – R\$ Mil		2023 – R\$ Mil	
		Saldo Investimento	Resultado de Equivalência	Saldo Investimento	Resultado de Equivalência
Ilumina Guarapuava S.A.	30	16.199	4.860	(1.012)	(304)
Ilumina Hortolândia S.A.	20	15.340	3.068	2.363	473
Ilumina Socorro S.A.	40	2.944	1.178	156	62
FB Luz S.A.	33	800	(303)	(4.000)	(1.320)
Total		35.283	8.803	(2.493)	(1.089)
Ilumina Sapucaia do Sul S.A.	50	(176)	(88)	(1.028)	(514)
Participação em Passivo a Descoberto		(176)	(88)	(1.028)	(514)
Total Geral		35.107	8.715	(3.521)	(1.603)

c. Investimentos auditados: As demonstrações contábeis das controladas abaixo relacionadas foram auditadas por empresa de auditoria independente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023: • **Teresina Luz S.A.:** A Teresina Luz S.A., está sediada no município de Teresina-PI, e tem por objeto a execução do objeto da Concorrência Pública nº 01/2019, promovida pela Prefeitura Municipal de Teresina e subseqüente contrato de concessão administrativa para prestação dos serviços de iluminação pública no município de Teresina, incluídos a implantação, a instalação, a operação e a manutenção da rede municipal de iluminação pública, sem prejuízo da realização de outros investimentos e serviços obrigatórios, ou de desempenho, de atividades inerentes, acessórias ou complementares e da implantação de projetos associados. • **Guarulhos Luz SPE S/A.:** A Guarulhos Luz SPE S/A., está sediada no município de Guarulhos-SP, e tem por objeto social a prestação de serviços de iluminação nas vias públicas no Município de Guarulhos, incluídos o desenvolvimento, modernização, ampliação, eficiência energética, operação e manutenção. O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado. • **Ilumina Guarapuava S.A.:** A Ilumina Guarapuava S.A., está sediada no município de Guarapuava-PR, e tem por objeto social único e exclusivo a prestação de serviços de modernização, eficiência energética do parque de iluminação pública e espaços públicos municipais bem como a gestão, manutenção e operação do sistema e dos ativos da iluminação pública do município de Guarapuava, Paraná, constante da Concorrência Pública nº 01/2019 e do Processo Administrativo 102/2019. • **Ilumina Hortolândia S.A.:** A Ilumina Hortolândia S.A., está sediada no município de Hortolândia-SP, e tem por objeto social a prestação de serviços de modernização, eficiência energética do parque de iluminação pública e espaços públicos municipais bem como a gestão, manutenção e operação do sistema e dos ativos da iluminação pública do Município de Hortolândia, São Paulo, constante da Concorrência Pública nº 02/2019 e do Processo Administrativo 1927/2019. Podendo ainda, explorar receitas alternativas que não conflitem com a atividade. • **Ilumina Socorro S.A.:** A Ilumina Socorro S.A., está sediada no município de Socorro-SP, e tem por objeto social a prestação de serviços de modernização, eficiência energética do parque de iluminação pública e espaços públicos municipais bem como a gestão, manutenção e operação do sistema e dos ativos da iluminação pública do município de Socorro, São Paulo, constante da Concorrência Pública nº 03/2019 e do Processo Administrativo 074/2019. Podendo ainda, explorar receitas alternativas que não conflitem com a atividade. • **Ilumina Palotina SPE S.A.:** A Ilumina Palotina S.A., está sediada no município de Curitiba-PR, e tem por objeto social serviços de iluminação pública no Município de Palotina/PR, por meio de concessão administrativa para modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura de iluminação pública na modalidade de parceria público-privada, conforme disposto na Concorrência Pública nº 005/2023, Processo Administrativo nº 544/2023 ("Contrato de Concessão"). • **Ilumina Cotia SPE S.A.:** A Ilumina Cotia S.A., está sediada no município de Cotia-SP, e tem por objeto o exercício das atividades voltadas para a execução do contrato de parceria público-privada firmado no âmbito da concorrência pública nº 47437/2023, promovida pelo município de Cotia. O prazo de duração da Companhia será de 01 (um) ano após a extinção do Contrato de Concessão Administrativa de Eficiência Energética do Município de Cotia, Estado de São Paulo, a que se refere ao Edital de Concorrência Pública nº 08/2023. • **Iluminação Sapucaia do Sul S.A.:** A Iluminação Sapucaia do Sul S.A., está sediada no município de Sapucaia do Sul-RS, e tem por objeto social a prestação de serviços de modernização, eficiência energética do parque de iluminação pública e espaços públicos municipais bem como a gestão, manutenção e operação do sistema e dos ativos da iluminação pública do Município de Sapucaia do Sul, Rio Grande do Sul, constante da Concorrência Pública nº 03/2020. Podendo ainda, explorar receitas alternativas que não conflitem com a atividade. **d. Investimentos não auditados:** As demonstrações contábeis das controladas abaixo relacionadas não foram auditadas por empresa de auditoria independente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. • **FBLuz S.A.:** A Ilumina Socorro S.A., está sediada no município de Catanduva-SP, e tem por objeto social a execução do objeto da licitação consubstanciada no Edital de Concorrência Pública nº 02/2022 de maio/2022, relativo a implantação, modernização e manutenção do parque de iluminação pública da cidade de Catanduva. • **Mauá Luz SPE Ltda.:** A Mauá Luz SPE Ltda., está sediada no município de Mauá-SP, e tem por objeto social a prestação de serviços de iluminação pública para o município de Mauá, estado de São Paulo. • **Construtora Luz de Mauá Ltda.:** A Construtora Luz de Mauá Ltda., está sediada no município de São Bernardo do Campo-SP, e tem por objeto social a execução de obras, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação pública. • **Barra Luz SPE Ltda.:** A Barra Luz SPE Ltda., está sediada no município de Barra do Garças-MT, e tem por objeto social a prestação de serviços de iluminação pública para o Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso. • **Dutra Luz Eletrificação Ltda.:** A Dutra Luz Eletrificação Ltda., está sediada no município de Presidente Dutra-MA, e tem por objeto social a prestação de serviços de iluminação pública para o Município de Presidente Dutra, Estado do Maranhão. • **Corda Luz SPE Ltda.:** A Corda Luz SPE Ltda., está sediada no município de Barra do Corda-MA, e tem por objeto social a prestação de serviços de iluminação nas vias públicas no Município de Barra do Corda, incluídos o desenvolvimento, modernização, ampliação, eficiência energética, operação e manutenção. • **S.A. Luz – Mont. e Inst. de Equip. de Iluminação SPE Ltda.:** A S.A. Luz – Mont. e Inst. de Equip. de Iluminação SPE Ltda., está sediada no município de Santo Amaro-BA, e tem por objeto social a prestação de serviços de iluminação pública para o Município de Santo Amaro, estado da Bahia – montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, instalação e manutenção elétrica. • **Graça Aranha Luz SPE Ltda.:** A Graça Aranha Luz SPE Ltda., está sediada no município de Graça Aranha-MA, e tem por objeto a prestação de serviços de iluminação nas vias públicas no Município de Graça Aranha, incluindo desenvolvimento, modernização, ampliação, eficiência energética, operação e manutenção. • **Icatu Luz SPE Ltda.:** A Icatu Luz SPE Ltda., está sediada no município de Icatu-MA, e tem por objeto a prestação de serviços de iluminação nas vias públicas no município, incluindo desenvolvimento, modernização, ampliação, eficiência energética, operação e manutenção. Constituída com propósito específico de execução de obras e serviços de iluminação nos termos do edital de concorrência pública nº001/2021 do município de Icatu, estado do Maranhão. • **GEB Luz SPE Ltda.:** A GEB Luz SPE Ltda., está sediada no município de Governador Eugênio Barros-MA, e tem por objeto a prestação de serviços de iluminação nas vias públicas no município, incluindo a modernização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública, sob regime de concessão administrativa. Constituída com propósito específico de execução de obras e serviços de iluminação nas vias públicas do município nos termos do edital de concorrência pública nº002/2021. • **Oeiras Luz SPE Ltda.:** A Oeiras Luz SPE Ltda., está sediada no município de Oeiras-PI, e tem por objeto social a prestação de serviços de iluminação nas vias públicas no município de Oeiras, incluindo a modernização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública, sob regime de concessão administrativa. Constituída com propósito específico de execução de obras e serviços de iluminação nas vias públicas no município de Oeiras, estado de Piauí. • **Alexandre Luz SPE Ltda.:** A Alexandre Luz SPE Ltda., está sediada no município de Senador Alexandre Costa-MA, e tem por objeto social a prestação de serviços de iluminação nas vias públicas no município, incluídos o desenvolvimento, modernização, ampliação, eficiência energética, operação e manutenção. Constituída com o propósito específico, nos termos do edital de Concorrência Pública nº 01/2022. • **Ouro Preto Luz SPE Ltda.:** A Ouro Preto Luz SPE Ltda., está sediada no município de Ouro Preto-MG, e tem por objeto a prestação de serviços de eficiência energética, operação e manutenção da iluminação pública e da infraestrutura de telecomunicações do município de Ouro Preto, estado de Minas Gerais. • **Jatobá Luz SPE Ltda.:** A Jatobá Luz SPE Ltda., está sediada no município de Jatobá-MA, e tem por objeto social a prestação de serviços de iluminação nas vias públicas no município de Jatobá, incluídos o desenvolvimento, modernização, ampliação, eficiência energética, operação e manutenção. A sociedade ora constituída será uma sociedade empresária limitada constituída com o propósito específico, nos termos do Edital de Concorrência Pública nº 001/2022 do Município de Jatobá. • **Campos Luz SPE Ltda.:** A Campos Luz SPE Ltda., está sediada no município de Humberto de Campos-MA, e tem por objeto social a prestação de serviços de iluminação nas vias públicas no município de Humberto de Campos, incluídos o desenvolvimento, modernização, ampliação, eficiência energética, operação e manutenção. A sociedade ora constituída será uma sociedade empresária limitada constituída com o propósito específico, nos termos do Edital de Concorrência Pública nº 001/2022 – CPL/PMHC do Município de Humberto de Campos/MA. • **Cosmópolis Luz SPE Ltda.:** A Cosmópolis Luz SPE Ltda., está sediada no município de Cosmópolis-SP, e tem por objeto social a prestação de serviços de eficiência energética da iluminação pública e telecomunicações no município de Cosmópolis, incluídos o desenvolvimento, modernização, ampliação, eficiência energética, operação e manutenção. A sociedade ora constituída será uma sociedade empresária limitada constituída com o propósito específico, nos termos do Edital de Concorrência Pública nº006/2022 do Município de Cosmópolis. • **Grajaú Luz SPE Ltda.:** A Grajaú Luz SPE Ltda., está sediada no município de Grajaú-MA, e tem por objeto social a prestação de serviços de iluminação nas vias públicas no município de Grajaú, incluídos o desenvolvimento, modernização, ampliação, eficiência energética, operação e manutenção. A sociedade ora constituída será uma sociedade empresária limitada constituída com o propósito específico, nos termos do Edital de Concorrência Pública nº 01/2023 do Município de Grajaú/MA. • **Colônia Luz SPE Ltda.:** A Colônia Luz SPE Ltda., está sediada no município de Colônia do Piauí-PI, e tem por objeto social a prestação de serviços de iluminação nas vias públicas no Município de Colônia do Piauí, incluindo a modernização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública, sob regime de concessão administrativa. A sociedade ora constituída será uma sociedade empresária limitada constituída com o propósito específico de execução de obras e serviços de ilumi-

PUBLICIDADE LEGAL

Pagar.me Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 18.727.053/0001-74

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Mensagem da Administração: A Pagar.me Instituição de Pagamento S.A., sociedade anônima de capital fechado e integrante do Grupo StoneCo constituída em 18 de julho de 2013, tem como objeto principal o fornecimento de soluções de tecnologia financeira e a operação de subadiquirência, que compreende a prestação de serviços em suas vendas por intermédio da internet e meios físicos, podendo efetuar o pré-pagamento se for requerida por estes comerciantes. Nas seções a seguir, fornecemos alguns detalhes sobre a evolução de nossos negócios. **Total de Ativos:** Em 31 de dezembro de 2024, os ativos da companhia totalizaram R\$ 23.479 milhões, apresentando um aumento de 11,1% em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 21.133 milhões. Esse aumento foi ocasionado principalmente por um aumento nas aplicações financeiras, resultado de valorização das cotas e de maiores aportes por parte da Pagar.me no FIDC Tapso. **Patrimônio líquido:** Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido totalizou R\$ 316,4 milhões, representando um aumento de R\$ 257,1 milhões em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 59,3 milhões. Destacamos abaixo as principais movimentações do patrimônio líquido: a. Variação no contas a receber de credenciadores a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos, no total de R\$ 154,9 milhões. b. Lucro de R\$ 88,6 milhões no exercício de 2024; **Resultado:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o lucro totalizou R\$ 88,6 milhões, representando um aumento significativo de R\$ 32,2 milhões em relação ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que foi de R\$ 56,4 milhões. O aumento se deve principalmente ao crescimento do resultado financeiro, que passou de um resultado negativo de 43,3 milhões em 31 de dezembro de 2023 para um resultado positivo de 353,3 milhões em 31 de dezembro de 2024.

A Administração

Balanco Patrimonial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)		Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	Capital social de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Outros Resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Ativo					92.276	11.991	4.059	24.416		(88.284)
Ativo circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	388.652	952.536	1.227.033	1.279.115	42.000	-	-	-	-	42.000
Aplicações financeiras	14.611.419	11.734.778	(905.038)	(710.024)	-	15.268	-	-	-	15.268
Ativos financeiros de soluções bancárias	641.185	1.147.403	321.995	569.091	-	-	-	47.296	-	47.296
Contas a receber	6.723.996	6.123.426	(67.981)	(81.257)	-	-	-	-	56.385	56.385
Despesas antecipadas	127.925	92.040	(431.360)	(329.351)	-	-	-	-	-	-
Tributos a recuperar	1.384	20.696	(36.967)	(32.077)	-	-	2.819	-	(2.819)	-
Outros créditos	775	1.740	(536.309)	(442.685)	-	-	-	-	(13.391)	(13.391)
Total do ativo circulante	22.495.336	20.072.619	(1.214.511)	(1.562.082)	134.276	27.259	6.878	64.591	(173.730)	- 59.274
Ativo não circulante										
Contas a receber	111.571	41	1.804.736	1.518.747	-	-	-	-	-	-
Outros créditos	4.845	5.139	(1.451.404)	(1.562.082)	-	-	-	-	-	-
Despesas antecipadas	7.128	3.922	353.332	(43.335)	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	89.724	164.261	(1.732)	(8.647)	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	743.728	761.467	33.905	(31.643)	-	-	-	-	(4.432)	-
Intangível	26.276	125.386	5.243	24.392	-	-	-	-	(842)	(842)
Total do ativo não circulante	983.272	1.060.216	(1.992)	(10.788)	134.276	41.736	11.310	147.950	(18.862)	- 316.410
Total do ativo	23.478.608	21.132.835	88.633	56.385						
Passivo circulante										
Depósitos de clientes bancários	641.185	1.172.706	88.633	56.385						
Contas a pagar a estabelecimentos	3.680.469	3.402.224	154.869	47.296						
Contas a pagar	11.014	10.095	234.649	71.428						
Obrigações vinculadas a sub-rogação	18.669.106	16.296.716	(79.780)	(24.132)						
Empréstimo e financiamentos	21	51.559	(398.371)	(103.681)						
Fornecedores	65.513	51.559	234.649	71.428						
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	10.963	49.601	(79.780)	(24.132)						
Obrigações tributárias	36.687	20.226	(79.780)	(24.132)						
Adiantamento de clientes	6.716	6.813	398.371	103.681						
Dividendos a pagar	842	13.391								
Outros passivos	-	76								
Total do passivo circulante	23.122.516	21.023.411	154.869	47.296						
Passivo não circulante										
Contas a pagar a estabelecimentos	13.944	10.750								
Contas a pagar	12.683	25.032								
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	4.524	4.587								
Provisão para contingências	6.307	7.130								
Outros Passivos	2.224	2.651								
Total do passivo não circulante	39.682	50.150								
Patrimônio líquido										
Capital social	134.276	134.276								
Reserva de capital	41.736	27.259								
Reserva legal	11.310	6.878								
Reserva de lucros	147.950	64.591								
Outros resultados abrangentes	(18.862)	(173.730)								
Total do patrimônio líquido	316.410	59.274								
Total do passivo e patrimônio líquido	23.478.608	21.132.835								

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Diretoria da Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. – São Paulo-SP

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 14.1.1.1 às demonstrações financeiras, a qual descreve os critérios utilizados pela Companhia para reconhecimento da receita da taxa de adesão. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram reconhecidas receitas de taxa de adesão no montante de R\$ 271.741 mil e R\$ 305.296 mil, respectivamente, contabilizadas integralmente no momento da adesão dos clientes. Conforme requerido pelo "CPC 47 – Receita de contrato com cliente", as receitas devem ser reconhecidas quando a obrigação de performance é cumprida. De acordo com as obrigações contratuais que a Companhia assume com o cliente, a receita deveria ser reconhecida ao longo do tempo e não no momento da assinatura do contrato. Considerando os efeitos do reconhecimento da receita pelo diferimento ao longo do tempo, líquido dos efeitos tributários, em 31 de dezembro de 2024, o passivo estava subavaliado em R\$ 149.716 mil (R\$ 175.719 em 31 de dezembro de 2023), o ativo estava subavaliado em R\$ 60.710 mil (R\$ 71.254 mil em 31 de dezembro de 2023), o lucro líquido estava subavaliado em R\$ 16.038 mil e superavaliado em R\$ 19.124 mil em 31 de dezembro de 2023. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela demonstração financeira". A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC - SP - 034.519/0
Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador CRC - SP 300.534/0

Movecta S.A
CNPJ/MF nº 58.317.751/0008-92 – NIRE 35.903.904.992
Edital de Termo de Responsabilidade nº 34/2025
A Junta Comercial do Estado de São Paulo torna público que o fiel depositário dos gêneros e mercadorias recebidos pela filial da sociedade empresária "Movecta S.A", NIRE 35903904992, CNPJ 58.317.751/0008-92, localizada na Via Vereador Lydio Martins Correa, s/n, Sítio Conceiçãozinha, Guarujá/SP, CEP 11436-010, Sr. Luiz Alberto dos Santos Junior, brasileiro, portador do RG nº 37616851 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 939.254.250-04, assinou em 29/04/2025 o Termo de Responsabilidade nº 34/2025, com fulcro nos arts. 1º, § 2º, do Decreto Federal nº 1.102/1903 e do art. 3º, parágrafo único, da IN nº 52/2022, do Departamento de Registro Empresarial e Integração, devendo ser publicado e arquivado na JUCESP o presente edital, nos termos do art. 8º da supracitada Instrução Normativa. **Marcio Massao Shimomoto, Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo.**

Movecta S.A
CNPJ/MF nº 58.317.751/0008-92 – NIRE 35.903.904.992
Edital de Termo de Responsabilidade nº 35/2025
A Junta Comercial do Estado de São Paulo torna público que o fiel depositário dos gêneros e mercadorias recebidos pela filial da sociedade empresária "Movecta S.A", NIRE 35900965494, CNPJ 58.317.751/0002-05, localizada na Avenida Santos Dumont, nº 999, Sítio Paecara (Vicente de Carvalho), Guarujá/SP, CEP 11460-003, Sr. Luiz Alberto dos Santos Junior, brasileiro, portador do RG nº 37616851 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 939.254.250-04, assinou em 29/04/2025 o Termo de Responsabilidade nº 35/2025, com fulcro nos arts. 1º, § 2º, do Decreto Federal nº 1.102/1903 e do art. 3º, parágrafo único, da IN nº 52/2022, do Departamento de Registro Empresarial e Integração, devendo ser publicado e arquivado na JUCESP o presente edital, nos termos do art. 8º da supracitada Instrução Normativa. **Marcio Massao Shimomoto, Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo.**

180 Seguros S.A.
CNPJ/MF nº 39.999.619/0001-97 – NIRE 35.300.608.780
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 31 de março de 2025
Data, Hora e Local: Aos 31/03/2025, às 09h00, realizada de forma digital. **Quórum:** (a) a Acionista detentora da totalidade do capital social da companhia, conforme assinatura no Livro de Presença de Acionistas e na presente Ata; (b) os seguintes administradores da Companhia: Mauro Levi D'Ancona, Franco Lamping, Renata Struckas, Renan Magri e Gustavo Genovez. **Convocação:** Dispensada, face a presença da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Mauro Levi D'Ancona; e Secretário: Franco Lamping. **Publicações e Documentos:** (i) Demonstrações Financeiras; (ii) Relatório da Administração; e (iii) Parecer dos Auditores Independentes Contábeis e Atuariais. Todos estes documentos foram publicados no dia 28/02/2025 no jornal Folha de São Paulo. **Ordem do Dia:** (i) Examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31/12/2024; (ii) Fixar a remuneração global dos diretores; (iii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2024; e (iv) Deliberar sobre outros assuntos de interesse da Companhia. **Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, a Acionista delibera por: i) aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31/12/2024; ii) fixar a remuneração global dos diretores no valor de R\$ 1.700.000,00 até a AGO de 2026. iii) aprovar, por unanimidade e sem qualquer ressalva, a seguinte destinação do resultado encerrado em 31/12/2024: a) Constituição de reserva de capital no valor de R\$ 1.709.570,00 para pagamento baseado em ações/opções; iv) a título de outros assuntos de interesse da sociedade, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, a Acionista ratifica a decisão dos administradores no que se refere a utilização dos saldos encontrados em reserva de lucros e reserva legal, totalizando, em conjunto, o montante de R\$ 1.663.873,00 para absorver parcialmente os prejuízos decorrentes do exercício findo em 2024. O valor remanescente, no importe de R\$ 3.365.163,00 relacionado ao prejuízo não absorvido ficará alocado na respectiva conta contábil, denominada Lucros e Prejuízos acumulados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 31/03/2025. **Mesa:** Mauro Levi D'Ancona – Presidente; Franco Lamping – Secretário. JUCESP – Certifico o registro sob o nº 131.935/25-2 em 14/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

DATA MERCANTIL
SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES COM TRANSPARENCIA, SEVERIDADE E QUALIDADE.
datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

STNE Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 49.436.665/0001-31

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado			
2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
Ativo				Passivo					
Ativo circulante				Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	14	30.012	24.662	Contas a pagar	15	87	15.966	8.829
Aplicações financeiras	11.686	30.162	124.433	82.913	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	-	186.409	34.941
Contas a receber de clientes	-	-	4.120	9.299	Obrigações tributárias	-	201	38.242	17.244
Tributos a recuperar	2.037	2.138	4.321	9.619	Arrendamentos a pagar	2.561	2.259	9.135	8.325
Despesas antecipadas	-	-	6.210	5.654	Dividendos a pagar	370	20.614	370	20.614
Outros ativos	-	-	4.183	6.621	Outros passivos	-	-	5.903	6.412
Total do ativo circulante	13.733	32.314	173.279	138.768	Total do passivo circulante	2.946	23.161	256.025	96.365
Aplicações financeiras	4.802	16.592	4.802	16.592	Passivo não circulante				
Contas a receber de partes relacionadas	8.426	5.517	41.611	33.966	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	-	5.685	1.236
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.563	482	69.723	34.690	Arrendamentos a pagar	3.146	5.676	8.810	12.929
Despesas antecipadas	-	-	2.228	3.155	Provisão para contingências	-	-	805	311
Outros ativos	-	-	5.746	5.449	Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	789	11.640
Investimentos	704.007	261.700	60.750	68.706	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	573	613
Imobilizado	6.003	8.662	62.770	78.658	Outros passivos	-	-	10.224	4.856
Intangível	21	23	597.465	44.419	Total do passivo não circulante	3.146	5.676	26.886	31.585
Total do ativo não circulante	727.822	292.976	845.095	285.635	Patrimônio líquido				
Total do ativo	741.555	325.290	1.018.374	424.403	Capital social	459.158	115.158	459.158	115.158
Demonstração dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				Patrimônio líquido					
Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado			
2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
Lucro líquido do exercício				Reserva de capital					
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	236.673	180.210	236.673	180.210	
Total do resultado abrangente do exercício	38.917	21.699	38.917	21.699	Reserva de lucros	39.632	1.085	39.632	1.085
Demonstrações do Resultado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				Total do patrimônio líquido					
Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado			
2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
Lucro líquido do exercício				Total do passivo e patrimônio líquido					
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	735.463	296.453	735.463	296.453	
Total do resultado abrangente do exercício	38.917	21.699	38.917	21.699	Total do passivo e patrimônio líquido	741.555	325.290	1.018.374	424.403
Demonstrações do Resultado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado			
2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
Receita líquida de prestação de serviços				Despesas financeiras					
Custo dos serviços prestados	-	-	650.220	338.713	Outras receitas (despesas), líquidas	(11.797)	4.019	(19.290)	(13.575)
Lucro bruto	-	-	231.953	105.640	Resultado financeiro líquido	34.774	22.070	(14.586)	(12.887)
Despesas administrativas	62	(107)	(150.844)	(60.782)	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social				
Despesas de vendas	-	-	(12.444)	(6.405)	IRPJ e contribuição social correntes	-	(746)	(50.236)	(14.466)
Prejuízo/Lucro operacional	62	(107)	68.665	38.453	IRPJ e contribuição social diferidos	4.081	482	35.074	10.599
Equivalência Patrimonial	46.643	17.098	479	(17)	Lucro líquido do exercício	38.917	21.699	38.917	21.699
Outras receitas financeiras	588	1.691	2.320	4.677	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				
Saldo em 02 de janeiro de 2023				Capital social					
Constituição de capital - cisão parcial	-	-	115.158	-	Reserva de capital	-	-	115.158	-
Pagamentos baseados em ações	-	-	(418.267)	(233.073)	Reserva Legal	-	-	15.682	-
Movimentação proveniente de acervo de cisão de controlada	-	-	-	49.370	Reserva de Investimentos	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	Lucros Acumulados	-	-	21.699	21.699
Destinações do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	Total	-	-	21.699	21.699
Reserva legal	-	-	-	-	Reserva legal	-	-	(1.085)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	Dividendos de capital	-	-	(5.153)	(5.153)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	Dividendos recebidos	28.293	9.567	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(323.629)	9.567	(614.281)	1.926
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	Pagamento de arrendamentos	(2.646)	(3.754)	(3.155)	(23.885)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	115.158	180.210	1.085	-	Aumento de capital	370.000	-	344.000	-
Aumento de Capital	370.000	-	-	-	Baixa de capital	(26.000)	-	-	-
Redução de Capital	(26.000)	-	-	-	Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento	341.354	(3.754)	340.845	(23.885)
Pagamento baseado em ações	-	-	56.463	-	Varição de caixa e equivalentes de caixa	(4)	14	5.350	24.662
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14	-	24.662	-
Destinações do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10	14	30.012	24.662
Reserva Legal	-	-	-	-	Varição de caixa e equivalentes de caixa	(4)	14	5.350	24.662
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	A Diretoria				
Constituição de reserva de lucros para expansão	-	-	-	-	Camila Del Poente				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	459.158	236.673	3.031	-	Contadora - CRC 1SP 290.887/O-8				

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Diretoria da STNE Investimentos S.A. - São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da STNE Investimentos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP 034.519/O

Fabiana de Barros Gomes Turri de Genaro
Contadora
CRC 1SP 241.544/O

Cotação das Moedas



- Coroa (Suécia) - 0,5972
- Dólar (EUA) - 5,721
- Franco (Suíça) - 6,9413
- Iene (Japão) - 0,04007
- Libra (Inglaterra) - 7,6478
- Peso (Argentina) - 0,004762
- Peso (Chile) - 0,006094
- Peso (México) - 0,2905
- Peso (Uruguai) - 0,1367
- Yuan (China) - 0,7928
- Rublo (Rússia) - 0,07063
- Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,4905

NOTÍCIAS

GPA cai 29% e perde 1/3 do valor de mercado após prejuízo e dúvidas



As ações do GPA desabavam nesta terça-feira (6), perdendo quase um terço do seu valor de mercado, em meio à análise do balanço do primeiro trimestre, bem como eleição de novos integrantes para o conselho de administração do varejista de alimentos dono da rede Pão de Açúcar.

Analistas destacaram positivamente o resultado operacional da companhia, que apresentou expansão de receitas e do Ebitda ajustado consolidado, bem como melhora em margens, mas chamaram a atenção para um desempenho ainda negativo na última linha, além de fluxo de caixa negativo.

"Embora o GPA continue a melhorar a margem Ebit-

da ano a ano, ele continua a reportar prejuízos líquidos, além de grande queima de caixa", afirmaram os analistas do Citi, chamando a atenção também para a alavancagem medida pela relação dívida líquida/Ebitda, que "está perto de 3 vezes novamente".

Às 14h35, os papéis do GPA desabavam 24%, a R\$2,89 cada, na quarta queda seguida, após marcar uma máxima intradia desde janeiro de 2024 no último dia 29 de abril.

Mesmo com o forte ajuste negativo recente, a ação ainda acumula em 2025 uma valorização de cerca de 13,7%.

Na mínima até o momento, a ação chegou a R\$ 2,70, em queda de 29,1%,

equivalente a uma perda de R\$ 544 milhões em valor de mercado.

Nos primeiros três meses do ano, o GPA teve um prejuízo líquido de R\$ 93 milhões nas operações continuadas, ante uma perda de R\$ 407 milhões um ano antes, enquanto o Ebitda ajustado consolidado somou R\$ 409 milhões, alta de 9,9% na comparação anual, com a margem nessa linha passando de 8,1% para 8,6%.

A receita bruta cresceu 4,6%, para cerca de R\$5,1 bilhões, enquanto a receita líquida aumentou 3,9%, para quase R\$4,8 bilhões. As vendas no conceito mesmas lojas, excluindo o impacto de calendário, mostraram aumento de 7,3%. CNN

MP denuncia Ex-CEO do Hurb por furto de obras de arte

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) denunciou o ex-CEO [diretor executivo] do antigo Hotel Urbano, atual Hurb, João Ricardo Rangel Mendes, por furto qualificado e adulteração de identificação de veículo.

Ele foi preso em flagrante no final de abril, após furtar obras de arte e outros objetos de um hotel e de um escritório de arquitetura no Rio de Janeiro e está com a prisão preventiva decretada pela Justiça.

Ao oferecer a ação penal, a Promotoria de Justiça junto à 32ª Vara Criminal da Capital se manifestou pela manutenção da prisão preventiva do denunciado.

Na denúncia, o Ministério Público lembra que João Ricardo é réu em outro processo criminal, no qual responde pelo crime de estelionato, "em razão de sua atuação como CEO da agência de viagens digital Hurb, tendo lesado economicamente diversas pessoas ao vender pacotes

de viagens e passagens aéreas e, após, cancelá-los, sem devolver os valores, o que demonstra seu perfil voltado para a prática de crimes patrimoniais".

Os crimes foram praticados no dia 25 do mês passado. Em um dos casos, o denunciado fingiu ser entregador de aplicativo para furtar um quadro, colocando a peça no interior de uma bolsa de entregas. No mesmo dia, seguiu para um escritório de arquitetura e furtou quadros, uma mesa digitalizadora, duas carteiras com dinheiro, entre outros itens. Para executar o crime, João Ricardo se apresentou como electricista.

João Ricardo subtraiu uma obra de arte e três esculturas do Hotel Hyatt, na Praia da Barra da Tijuca. No dia seguinte, ainda de acordo com a denúncia, ele furtou dois quadros do escritório Duda Porto Arquitetura, além do Ipad e a carteira do dono do escritório, que fica dentro do Casa Shopping, no mesmo bairro.

IstoÉDinheiro



Regulação de bets ainda engatinha no Brasil, diz presidente da Anatel

O presidente da Anatel, Carlos Baigorri, afirmou nesta terça-feira (6) que a regulação das bets no Brasil ainda engatinha, é imatura e conta com pouca institucionalização.

"O modelo de governança da regulação do negócio de bets ainda é muito, digamos, pouco institucionalizado. Você pensa que o setor elétrico e de telecomunicações têm uma agência, servidores com carreira, colegiado, um processo de impacto regulatório, consulta pública. O setor de bets, não. [O setor] Tem uma secretaria do Ministério da Fazenda que decide de forma monocrática, por portaria", disse Baigorri no

seminário internacional da OAB, em Madri. Ele afirma que, por conta da fraca regularização, as determinações sobre o tema são publicadas em portarias que apontam irregularidades a toque de caixa. Quando são detectadas ilegalidades, cabe à Anatel agir.

"Na hora que a Secretaria de Prêmios e Apostas identifica os operadores de apostas ilegais, aí eles notificam para a gente [Anatel] e a gente tira eles [os operadores de apostas ilegais] do ar", detalhou Baigorri.

Em entrevista à Folha de S.Paulo em novembro do ano passado, Baigorri afirmou que o país precisa de ferramentas legais mais poderosas para atuar con-

tra plataformas de apostas.

"Do jeito que está hoje, a gente está enxugando gelo, e o bloqueio que tem é muito pouco efetivo. Botaram uma batata quente no meu colo, e estou falando: isso [baixa efetividade] vai ficar ruim para o governo todo", disse ele na ocasião.

A chamada Lei das Bets foi publicada no Diário Oficial da União em 30 de dezembro de 2023. O texto sancionado pelo presidente Lula estabelece critérios sobre a tributação, além de normas para a exploração do serviço. O texto define a distribuição da receita arrecadada e fixa sanções aos operadores de apostas que atuem de forma irregular.

Folhapress

